

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO -
CEMAR

6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR
- CNPJ/MF: 06.272.793/0001-84
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Eduardo Haiama
- Atividades: (i) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, construir, executar e explorar os sistemas de geração, transmissão, transformação, distribuição, transporte e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem relacionadas a este objeto, tais como: uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado; (iii) organizar empresas subsidiárias para exploração de sistemas elétricos de geração de energia, dentro da área de concessão outorgada pela União e (iv) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade.

Características da Emissão

- Emissão: 6ª

- Séries: Única
 - Data de Emissão: 14/10/2014
 - Data de Vencimento: 14/10/2019
 - Banco Escriurador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
 - Código Cetip/ISIN: ENMA16/ BRENMADBS056
 - Coordenador Líder: BB – Banco de Investimento S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão serão utilizados para reforço do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. **Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia:** (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 14/04/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia conforme segue: (i) do artigo 5º, em virtude de deliberação de aumento de seu capital social; (ii) artigo 14, para prever a criação do cargo de Vice-Presidente de Operações; e (iii) artigos 16, 17 e 22, para refletir a criação do cargo de Vice-Presidente de Operações.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.
 3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 1,06 em 2015 para 1,05 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 2,35 em 2015 para 1,82 em 2016;
- Liquidez Seca: de 2,35 em 2015 para 1,82 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,53 em 2015 para 0,54 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução em Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 1,8% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio também apresentou uma redução de 2,5% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 1,3% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 1,6% de 2015 para 2016, e uma variação negativa de 1,0% no índice de endividamento de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 113,20% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

14/04/2016 – R\$ 770,597000

14/10/2016 – R\$ 783,128500

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 20.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 20.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os índices financeiros previstos no Anexo I à Escritura de Emissão.

Índices Financeiros 6ª DEBENTURES	4T16
Dívida Bruta	2.470.757
(-) Disponibilidades	(1.360.900)
(-) Baixa Renda a Receber	(35.807)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	(42.801)
(-) SWAP	(60.062)
= Dívida Financeira Líquida	971.187
EBITDA Regulatório	637.416
1º Covenant: <=3,25	1,52
Desp. Fin. Líquida	36.819

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**
- Emissão: 4ª.
 - Valor da emissão: R\$ 28.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 10.138; e (ii) 2ª. Série: 17.862;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 21/06/2018; e (ii) 2ª. Série: 21/06/2020;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - 1ª Série:
Amortização:
21/06/2016 – R\$ 3.333,000000

Juros:
21/06/2016 – R\$ 728,597239
21/12/2016 – R\$ 494,391411
 - 2ª Série:
Juros:
21/06/2016 – R\$ 789,417000
 - (ii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**
 - Emissão: 7ª.
 - Valor da emissão*: R\$ 270.000.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 155.000; e (ii) 2ª Série: 115.000;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/10/2021; e (ii) 2ª Série: 15/10/2023;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.
 - (iii) Denominação da companhia ofertante: **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**
 - Emissão: 3ª.
 - Valor da emissão*: R\$ 300.000.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 199.069; e (ii) 2ª Série: 100.931;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/12/2021; e (ii) 2ª Série: 15/12/2023;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Equatorial Energia S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.
- (iv) Denominação da companhia ofertante: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**
- Emissão: 4ª.
 - Valor da emissão*: R\$ 500.000.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Quantidade de debêntures emitidas*: 50.000;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 15/12/2019;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Equatorial Energia S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
(i) Inadimplemento: A Emissora não cumpriu com obrigações não pecuniárias, conforme previsto nos documentos da operação.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	564.940	310.893
Investimentos de curto prazo	6	795.960	1.094.340
Contas a receber de clientes	7	746.057	712.416
Contas a receber - bandeiras tarifárias	8	1.954	5.438
Serviços pedidos		41.856	34.712
Depósitos judiciais	22	18.629	18.768
Instrumentos financeiros derivativos	32.6	60.062	-
Estoques		10.856	3.895
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	36.186	50.696
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10.2	41.314	29.056
Outros créditos a receber		19.795	13.939
Total do ativo circulante		2.337.609	2.274.153
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	101.297	77.963
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	50.551	10.859
Depósitos judiciais	22	24.759	9.015
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	128.115
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	64.293	31.614
Outros créditos a receber		11.323	13.993
Ativo financeiro da concessão	12	1.048.121	814.904
Intangível	13	1.990.240	1.758.723
Total do ativo não circulante		3.290.584	2.845.186
Total do ativo		5.628.193	5.119.339

Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	14	305.167	350.552
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		11.949	11.231
Empréstimos e financiamentos	15	484.364	206.607
Debêntures	16	114.982	47.303
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	7.750	14.152
Impostos e contribuições a recolher	17.1	84.453	79.481
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		-	2.676
Dividendos	19	76.817	69.406
Encargos do consumidor		7.689	10.290
Contribuição de iluminação pública		14.714	17.433
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	20	25.485	22.634
Participação nos lucros	21	38.397	29.965
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	18.984
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulat	22	35.829	35.835
Outras contas a pagar		74.036	49.160
Total do passivo circulante		1.281.632	965.709
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.198.153	1.502.459
Debêntures	16	673.258	495.182
Impostos e contribuições a recolher	17.1	1.370	1.104
Imposto de renda e contribuições social diferidos	18.1	185.956	136.781
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	22	56.150	39.698
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	20	41.145	30.132
Outras contas a pagar		14.330	-
Total do passivo não circulante		2.170.362	2.205.356
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	929.620	840.410
Reservas de capital	23.2	674	674
Reservas de lucros	23.3	1.245.905	1.107.190
Total do patrimônio líquido		2.176.199	1.948.274
Total do passivo e patrimônio líquido		5.628.193	5.119.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	25	3.064.644	2.738.793
Custos de energia elétrica, construção e operação	26	(2.148.901)	(1.930.115)
Energia elétrica comprada para revenda e custos de trans	27	(1.303.898)	(1.295.213)
Custo de construção		(607.777)	(424.398)
Custo da operação		(237.226)	(210.504)
Lucro bruto		<u>915.743</u>	<u>808.678</u>
Despesas com vendas	26	(204.123)	(161.997)
Despesas gerais e administrativas	26	(198.372)	(176.579)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(60.654)	(47.171)
Total de despesas operacionais		<u>(463.149)</u>	<u>(385.747)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>452.594</u>	<u>422.931</u>
Receitas financeiras		410.391	388.912
Despesas financeiras		(373.572)	(368.729)
Resultado financeiro, líquido	29	<u>36.819</u>	<u>20.183</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>489.413</u>	<u>443.114</u>
Contribuição social	18.3	(40.444)	(31.968)
Imposto de renda	18.3	(75.709)	(71.020)
Incentivos fiscais	18.3	75.709	71.020
IRPJ e CSLL diferidos	18.3	(49.175)	(47.343)
Impostos sobre o lucro		<u>(89.619)</u>	<u>(79.311)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>399.794</u>	<u>363.803</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	30	2,47828	2,21582
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$	30	2,47828	2,21582
Quantidade de ações no final do exercício	30	<u>161.319</u>	<u>164.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro das operações de fornecimento de energia elétrica e ambiente de tecnologia da informação (nota explicativa 25)

As receitas da Companhia são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de energia elétrica. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de fraude. Observa-se ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de energia elétrica. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de energia elétrica e a respectiva geração das informações financeiras.

Para as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os saldos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de energia e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os reajustes tarifários aprovados pelo Órgão Regulador. Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o "corte" de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhece nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Comparamos o montante reconhecido na data base das demonstrações financeiras como receita não faturada com períodos anteriores para avaliar quaisquer variações significativas.

Adicionalmente analisamos lançamentos manuais e eletrônicos cuja natureza possam não estar relacionados a operações de venda e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros da concessão (nota explicativa 12)

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível na

Companhia. Em função desta orientação, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pela Companhia. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador. Devido a relevância, complexidade e julgamento envolvido que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à parcela dos investimentos realizados e o montante destes ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos se a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) da Companhia está classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicional à utilização do serviço público, dentro do período da concessão estabelecido. Adicionalmente, avaliamos os critérios e metodologia de bifurcação do ativo da Companhia e analisamos os cálculos efetuados da atualização da base de remuneração associada aos ativos existentes em operação de acordo com o último ciclo tarifário da Companhia, em linha com o Manual de Procedimentos de Regulação Tarifária aprovado pela ANEEL. Analisamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas contábeis e técnicas do Órgão Regulador.

Suficiência da provisão para contingências (nota explicativa 22)

A Companhia figura como ré em ações de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação, portanto, há um julgamento que envolve a mensuração do passivo, onde um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou no agregado, pode ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que pode impactar o valor desses passivos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos principais controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos.

Adicionalmente, obtivemos a lista de consultores legais que representam a Companhia nos processos cíveis, fiscais e trabalhistas e enviamos cartas de confirmação diretamente para os advogados externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as respostas das cartas enviadas com os registros contábeis, avaliamos a integridade e precisão das contingências registradas pela Companhia, bem como, procedemos, quando aplicável, com a comparação com jurisprudência existente. Recalculamos a atualização monetária da provisão para contingências.

Avaliamos a determinação do risco de perda e do valor estimado para as causas com valores julgados relevantes com expectativa de perda remota ou possível. Avaliamos se

ocorreu alguma alteração de cenário entre a data das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que pudesse ocasionar em mudança de avaliação do risco de perda das contingências.

Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondente

As demonstrações financeiras da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 10 de março de 2016.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os principais responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 08 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE